A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS CURRÍCULOS EDUCACIONAIS BRASILEIROS

Gelindo Martinelli Alves[1]

GD n° 15 - Educação Matemática

Resumo: Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento. Fundamento na perspectiva sócio-histórica do pesquisador, historiador e educador inglês Ivor F. Goodson, essa pesquisa busca compreender por meio de um estudo crítico através do conceito metodológico de refração a política de educação financeira nos currículos educacionais brasileiros no contexto de um Instituto Federal. Essa é uma política pública de Estado de origem nas recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e que chegou ao Brasil no final de 2010 pelo Decreto do Governo federal que estabeleceu a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF. A revisão da literatura mostra que essa política tem interesses na manutenção do mercado financeiro neoliberal, porém os resultados parciais dessa pesquisa sugerem que ela sofreu mudanças de direção ao longo do tempo e também ao passar de uma camada social para outra. Sugerem também que os professores são agentes em suas práticas nas salas de aulas e podem subverter essa política de ordem estruturalista social.

Palavras-chave: Educação financeira. Currículo escolar. Política educacional. Narrativas.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade capitalista e consumista onde o dinheiro é necessário para quase todas as coisas. Além disso nas últimas décadas ocorreu uma grande abertura de crédito e de outros produtos financeiros para pessoas que no passado não tinham acesso e, por outro lado, o mercado financeiro tornou-se muito complexo e desregulado pelo Estado. Isso gerou um discurso de que todas as pessoas precisam ser educadas financeiramente. É fundamentado nessa retórica que no final de 2010 o Governo brasileiro influenciado pela OCDE criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF como uma política pública de Estado que abrangesse todos os brasileiros, em especial os estudantes.

Diante desse cenário, houve um substancial aumento de publicações científicas e não científicas envolvendo esse tema. Tanto no Brasil como no exterior, vários pesquisadores se

[1] Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática - PECIM; doutorado; g261681@dac.unicamp.br; orientadora Profa. Dra. Maria Inês Petrucci-Rosa.

debruçaram sobre essa política de educação financeira e muitos apresentam fortes evidências que ela é uma política a serviço do mercado financeiro neoliberal, porém quase todos basearam seus estudos em pesquisa documental e não ouviram os professores, principais autores para sua implementação na sala de aula.

Diante disso, trazemos algumas discussões e resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento sobre essa política curricular na perspectiva de Ivor F. Goodson, educador, historiador e pesquisador inglês, tendo como foco a seguinte questão de pesquisa: Como a educação financeira se apresenta historicamente em currículos educacionais, considerando as dinâmicas próprias das disciplinas escolares e seus processos de estabilização no contexto de um Instituto Federal?

Pautado nessa questão, a pesquisa tem o objetivo de compreender, por meio de um estudo crítico através do conceito metodológico de refração e das narrativas sistêmicas e narrativas de histórias de vida profissional de professores de matemática, a política de educação financeira nos currículos educacionais brasileiros no contexto de um Instituto Federal.

REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura contribuiu, por um lado, para a ampliação de uma visão ampla do tema dessa pesquisa e um diálogo maior e contínuo com a literatura e, simultaneamente por outro lado, proporcionou *insights* para a limitação do escopo do estudo com o objetivo de preencher algumas lacunas e ampliar os estudos anteriores (CRESWELL, 2010).

Optamos fazer a busca dos trabalhos para essa revisão de literatura pelo Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, considerando-o não apenas como uma base de dados, mas como “uma biblioteca virtual de informação científica” (CAPES, 2019, p. 1). Para essa revisão, selecionamos e fizemos a leitura completa de 8 teses de doutorado e 17 dissertações de mestrado produzidas por programas de pós-graduação nacionais e, também de 44 artigos revisados por pares, sendo 14 na língua inglesa e 30 na língua portuguesa.

Vários autores estudados consideram a educação financeira necessária e urgente na atual sociedade que vivemos e, argumentam a favor de sua defesa. Annamaria Lusardi, apontada como a maior defensora e promotora da educação financeira dentro da OCDE, apresenta as seguintes justificativas para que toda população seja educada financeiramente: a responsabilização pela aposentadoria e pelos efeitos da maior expectativa de vida foi transferida dos governos e empregadores para os indivíduos; maiores facilidades para o crédito e aumento dos riscos de endividamento; desenvolvimento abrangentes do mercado financeiro; grave falta de educação financeira e; complexidade do mercado financeiro e acessibilidade dos serviços financeiros (LUSARDI, 2019).

Por outro lado, vários autores estudados apresentam fortes evidências de que essa política de educação financeira é um instrumento ideológico a serviço dos mercados financeiros neoliberais (LEITE, 2011; BRITTO, 2012; DAVIES, 2015; FERNANDES, 2019; MAMAN; ROSENHEK, 2019; BARONI, 2021). Alguns também mostraram que a educação financeira recomendada pela OCDE não é eficaz e apontaram falhas nos métodos de estudos quantitativos que tentam mostrar os ganhos positivos de educar a população financeiramente (WILLIS, 2011; FERNANDES; LYNCH; NETEMEYER, 2014).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Esta pesquisa fundamenta-se na perspectiva sócio-histórica dos estudos curriculares de Goodson (2019; 2020), em narrativas docentes na perspectiva de Petrucci-Rosa et al (2011) e no conceito teórico e metodológico de refração proposto por Rudd e Goodson (2016). Segundo esses autores, tal como a refração da luz, as políticas globais podem mover em direções não intencionais e serem reconfiguradas ao longo do tempo nas periodizações históricas e ao atravessarem as diferentes camadas sociais com seus diferentes contextos socioculturais.

O conceito de refração se sustenta sobre três pilares: a periodização histórica que nos permite situar nossa pesquisa em contextos sócio-históricos mais amplos; as narrativas de histórias de vida profissionais e narrativas sistêmicas que nos ajudarão a compreender os

efeitos do poder e da ideologia exercidas pelas políticas dominantes e; o diálogo entre estrutura e agência buscando abordar a dicotomia entre elas (RUDD; GOODSON, 2016).

A periodização histórica teve origem na Escola de Annales como um dos conceitos que os historiadores usaram para combinar história e sociologia. Os estudos através da periodização histórica nos ajudam a entender o estabelecimento, desenvolvimento e mudanças que ocorrem nas estruturas sociais e seus impactos nas práticas dos agentes sociais. Todavia não podemos desprezar as ações dos atores sociais, principalmente aquelas de ordem subversivas que podem causar mudanças e adaptações nas estruturas sociais (RUDD; GOODSON, 2016). É nesse sentido que as narrativas de histórias de vida e as narrativas sistêmicas são essenciais para o diálogo entre a estrutura e a agência.

Por essa razão, com o objetivo de fazer um estudo sócio-histórico do currículo com foco no contexto amplo e simultaneamente nas práticas dos professores, mobilizamos o conceito de narrativas de histórias de vida profissional fundamentado em (GOODSON, 2019; 2020; RUDD; GOODSON, 2016; PETRUCCI-ROSA et al, 2011). Petrucci-Rosa et al (2011) sintetizam bem esse conceito ao propor a reabilitação desse método e afirmam que "a narrativa encontra-se intimamente relacionada ao ato de rememorar, entendido como o exercício do despertar, a possibilidade de ressignificação da própria experiência através das memórias conscientes e inconscientes cheias de significados, sentimentos e sonhos (p. 203).

Para a apresentação das narrativas, mobilizamos o conceito de mônadas de Benjamin e o concebemos "como pequenos fragmentos de histórias que juntas exibem a capacidade de contar sobre um todo, muito embora esse todo possa também ser contado por um de seus fragmentos" (PETRUCCI ROSA et al, 2011, p. 203-204).

Ainda nessa direção, apresentamos o conceito de narrativas sistêmicas como um testemunho documental das políticas curriculares. As narrativas sistêmicas são produzidas através de uma descrição densa dos documentos oficiais de políticas curriculares educacionais que podem ser encontrados em vários níveis, isto é, supra, macro, meso e micro que, respectivamente, podem representar o global, o nacional, o regional e o local (RUDD; GOODSON, 2016; GOODSON, 2019).

Por fim, para focar simultaneamente a estrutura e a agência, Rudd e Goodson recorreram aos conceitos de campo, *habitus* e capital simbólico do conhecimento

praxiológico de Bourdieu como conectores dentro do conceito de refração. Essa concepção dos autores leva-nos a considerar os efeitos e influências que a estrutura tem sobre as práticas e comportamento dos agentes individuais e em grupos, mas também ao mesmo tempo reconhecer que as ações dos agentes também têm influência para desafiar e mudar as estruturas que regem o campo em que eles vivem (RUDD; GOODSON, 2016).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO

Após a revisão da literatura e dos estudos para a fundamentação teórica e metodológica, iniciamos a identificação e estudo dos vários documentos de domínio público sobre a educação financeira para a construção das narrativas sistêmicas. Esses documentos são de três níveis: supra, que constitui os documentos internacionais produzidos pela OECD; macro, compondo os documentos brasileiros nacionais; meso, incluindo os documentos do Instituto Federal escolhido como o contexto para essa pesquisa. Já no nível micro, estão sendo entrevistados professores de matemática do Instituto Federal para a produção das narrativas de histórias de vidas profissionais envolvendo a educação financeira.

A escolha dos professores para serem entrevistados foi feita através de um questionário online pelo Google Forms enviado aos cinquenta e três professores de matemática do Instituto Federal com o objetivo de saber quais professores têm experiência com a educação financeira na sala de aula e quais estariam dispostos a nos cederem a entrevista. Destes, quarenta e três responderam ao questionário e doze foram escolhidos e serão convidados a nos cederem uma entrevista de acordo com a periodização histórica, sendo três para cada período histórico. A periodização histórica determinada a priori de acordo com as ideologias dos governos federais brasileiros e é composta por quatro períodos: 1986 a 1994; de 1995 a 2002; de 2003 a 2015 e; de 2016 a atual.

A análise dos dados será realizada em duas etapas: primeiro faremos a leitura e releitura das narrativas docentes para a identificação e construção das mônadas, as quais serão apresentadas em um capítulo próprio; a segunda, será pela metodologia da refração. Esta é feita pela justaposição das narrativas para a identificação de pontos de refração e suas trajetórias. Essa análise é feita tanto no sentido vertical, procurando identificar se a política

de nível mais alto sofre refração ao atravessar as diferentes camadas sociais, como no sentido horizontal na procura de pontos de refração que a política pode sofrer ao longo do tempo ao passarem de um período histórico para outro.

NARRATIVAS SISTÊMICAS

Em julho de 2005 a OCDE apresentou o documento com título "Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira" (OCDE/CVM, 2005). Essas recomendações consideram "que a educação financeira sempre foi importante para ajudar consumidores a orçar e administrar suas receitas, poupar e investir de forma eficiente, e evitar tornarem-se vítimas de fraude" (OCDE/CVM, 2005, p. 3) e, ainda aponta o objetivo dela afirmando que:

> [...] à medida que o mercado financeiro fica cada vez mais sofisticado e as famílias assumem mais responsabilidades e risco por decisões financeiras, especialmente na área de previdência, é preciso haver indivíduos financeiramente educados para assegurar níveis suficientes de proteção do investidor e do consumidor, bem como o bom funcionamento não só do mercado financeiro, mas também da economia (OCDE/CVM, 2005, p. 3).

Antes de recomendar as "boas práticas", a OCDE apresenta as considerações e princípios, sendo um deles a definição apresentada para educação financeira como:

> [...] o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE/CVM, 2005, p. 5).

Dentre as várias "boas práticas" recomendadas nesse documento, destacamos duas: "a educação financeira deve começar na escola [, pois] as pessoas devem ser educadas sobre questões financeiras o mais cedo possível em suas vidas" (OCDE/CVM, 2005, p. 6) e; "deve-se promover treinamento e capacitação dos educadores" (OCDE/CVM, 2005, p. 8).

Cinco anos após essas recomendações da OCDE, o Governo brasileiro através do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de

Previdência e Capitalização - COREMEC, criou e publicou a ENEF como uma política pública de Estado (BRASIL, 2006; 2010). Essa política tinha a finalidade de "promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores" (BRASIL, 2010, p. 1). O foco na previdência é justificado porque "a cobertura previdenciária privada no Brasil tem grande potencial de ampliação" (CONEF, 2011, p. 22).

O Plano Diretor da ENEF segue as recomendações da OCDE, dando prioridade para a educação financeira nas escolas, pois os alunos "levariam esse conhecimento à sua família, com efeito multiplicador" (CONEF, 2011, p. 57) e afirma que o objetivo é "educar crianças e adolescentes para lidar não só com o dinheiro, mas também para planejar sua trajetória de vida e se preparar, de forma segura, para oscilações econômicas, independentemente de possuir pouco ou muito recurso financeiro para sua manutenção" (CONEF, 2011, p. 94). O Plano Diretor propõe a educação financeira como um tema transversal para não "acrescentar novos conteúdos e novas matérias ao seu currículo" (CONEF, 2011, p. 60).

Desde a publicação da ENEF, as ações do Governo para implementá-la ficaram marcadas pela criação do site "Vida e Dinheiro" com várias sugestões, documentos e materiais para o ensino fundamental e médio, um curso a distância para professores e projeto piloto em escolas públicas.

Em consonância com o Plano Diretor da ENEF de não criar uma disciplina própria de educação financeira escolar, em 2018 ela foi inserida como tema transversal e integrador na Base Nacional Comum Curricular - BNCC e normatiza que "essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, trata-las de forma contextualizada" (BRASIL, 2018, p. 19-20). No entanto, a BNCC não cita a ENEF ao propor esse tema.

Por último, em julho de 2020, o Governo federal instituiu uma nova ENEF "com a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País" (BRASIL, 2020, p. 1) e exclui o fortalecimento da cidadania que aparecia na finalidade da primeira ENEF.

Até o momento analisamos apenas os PPCs de um dos *campi* do Instituto Federal e, somente encontramos duas menções a educação financeira: uma no PPC de um dos cursos técnicos integrados ao ensino médio com o nome de gestão financeira pessoal dentro da disciplina Administração e Empreendedorismo e, o outro como disciplina denominada Educação Matemática Financeira no PPC de Licenciatura em Matemática criado em 2019, mas o conteúdo ementário é sobre matemática financeira básica.

NARRATIVAS DE HISTÓRIAS DE VIDAS DE PROFESSORES

As narrativas de histórias de vidas dos professores serão apresentadas no formato de mônadas, onde os leitores podem fazer sua própria leitura. Apresentamos, portanto, algumas mônadas de dois professores que foram entrevistados até o presente momento.

A professora 1 é licenciada em matemática e em pedagogia e possui mestrado e doutorado em educação matemática. Ela começou a exercer a docência em matemática em 1995 e é professora efetiva de matemática do Instituto Federal desde 2016. A seguir apresentamos as mônadas 1 e 2 que nos contam a história de vida profissional dessa professora no período de 1991 a 2004.

Mônada 1 - O consumo consciente, entre aspas

Quando eu cheguei até essa ONG, eu me lembro até hoje da entrevista inicial, a primeira entrevista que eu passei, a psicóloga e a gerente de RH falaram assim: olha, você vai ensinar matemática, mas só que a gente não acredita na matemática da escola, o que a gente precisa aqui é de uma matemática instrumental que gente chama de instrumentalização científica. [...] E nessa instrumentalização científica é como que eu trabalhava, eu trabalhava assim: vamos supor, eu queria e podia levar a história da matemática, mas eu tinha que trazer para uma perspectiva que eles fossem usar aquilo no dia a dia empresarial. E uma das coisas que a gente trabalhou muito foi o consumo consciente, entre aspas, porque eu estava dentro de uma mega empresa.

Mônada 2 - Saber como deve consumir

Eu trabalhei na escola pública [...]. E a gente trabalhou então dentro da resolução de problemas de matemática financeira. Tinha a discussão social do que era consumir, do que era trabalhado, do que era dívida, do que era a questão da importância do registro na carteira, recolhimento dos impostos etc. [...] A gente tinha os PCNs falando dessa questão do cidadão

e, nessa perspectiva, quem era esse cidadão? Era a pessoa que também consumia, não é? Ou seja, ela pode consumir, só que tem, entre aspas, saber como deve consumir.

O professor 2 tem licenciatura em matemática e mestrado e doutorado em ensino de ciências e matemática. Ele iniciou a carreira como professor de matemática em 2004 na rede estadual de educação de São Paulo e atua como professor efetivo de matemática no Instituto Federal desde 2011. As mônadas 4 a 6 contam as histórias de vida desse professor no período de 2019 a 2022.

Mônada 3 - Eu me atinei que não conhecia esse documento ainda

Na verdade, temos esse documento da Estratégia Nacional de Educação Financeira de 2010 e, estamos em 2022, e eu me atinei que não conhecia esse documento ainda. Por conta das trajetórias, das demandas que vamos tendo, isso nunca surgiu como uma discussão aqui no *Campus* como uma demanda pedagógica; eu imagino que deveria ter surgido. Porém nunca surgiu, ninguém comentou e isso nunca apareceu para mim de forma natural, essa notícia, para eu procurar saber.

Mônada 4 - A disciplina só tem educação financeira no nome

E chegou uma outra questão quando fui pegar a ementa dessa disciplina, porque ela chama-se educação matemática financeira. Mas quando eu fui olhar a ementa, não era educação matemática financeira; era matemática financeira de nível médio. Essa disciplina poderia se chamar matemática financeira de nível médio para licenciandos de matemática. Porque a disciplina só tem a educação no nome; não aparece educação na ementa. Isso não faz sentido!

Mônada 5 - Eu não vou estar burlando em nenhum momento o que orienta

Então falei: o que eu faço? Ou eu dou o que está na ementa ou eu mudo para ficar de acordo com o que está no nome. Lógico que eu fiz a segunda opção. Pensei, vou incluir discussões de educação financeira e de educação matemática financeira aqui, porque eu acho que mais uma disciplina com tópicos do ensino médio para discutir conceitos de juros, discutir conceitos de montante, de inflação, de empréstimos, de endividamento. Acho que só isso vai ser muito pouco para os estudantes se a gente não trouxer uma reflexão da educação matemática e da educação financeira. Porque o que está posto nos documentos não é para a gente ensinar matemática financeira. Tanto que as documentações não falam que isso deve ser feito somente nas aulas de matemática. Então vamos expandir isso aqui. Tem tempo e eu não vou prejudicar a ementa, eu vou incluir coisas na ementa. Eu não vou estar burlando em nenhum momento o que orienta, o que prescreve o projeto pedagógico, então eu inclui.

REFRAÇÕES DA POLÍTICA CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A análise inicial pelo método conceitual da refração sugere que a política para a educação financeira recomendada pela OCDE sofre desvios, ou refração, ao passar de um nível de camada social para outro, no sentido vertical e, também sofre desvios no sentindo horizontal de acordo com as periodizações históricas.

No sentido vertical, a política de educação financeira recomendada pela OCDE sofre apenas um desvio ao passar para o nível nacional brasileiro, pois a ENEF acrescenta à sua finalidade o fortalecimento da cidadania, o que não condiz com as recomendações da OCDE de 2005 (OCDE, 2005; BRASIL, 2010). No entanto, ao mudar de período histórico, em 2020 o Governo brasileiro cria a nova ENEF e realinha sua direção de acordo com as recomendações da OCDE, excluindo a finalidade de fortalecimento da cidadania (BRASIL, 2020). Ainda nesse sentido, na BNCC a educação financeira é proposta como um tema transversal e integrador conforme proposto pelo Plano Diretor da ENEF, porém a BNCC não se refere à ENEF ao propor esse tema (BRASIL, 2010; 2018).

Ao justapor as narrativas sistêmicas e as narrativas de histórias de vida, tudo indica que a política de educação financeira perdeu forças e não chegou ao Instituto Federal, conforme corrobora a mônada 4.

Por último, o estudo sugere que os professores não são meros sujeitos de implementação dessa política curricular nas salas de aulas. Como indicado na fundamentação teórica, as mônadas 2 e 5 sugerem que os professores são agentes de suas práticas e, mesmo vivendo em uma sociedade capitalista carregada do discurso para a formação de um *habitus* neoliberal, eles podem subverter a política de educação financeira, mudando-a de sua direção original.

CONCLUSÃO

Concordamos com os autores críticos que a política de educação financeira recomendada pela OCDE e criada no Brasil pela ENEF é um instrumento ideológico a serviço dos mercados financeiros neoliberais. No entanto esse estudo em andamento sugere que essa política curricular está sendo redirecionada e reordenada ao longo do tempo nas

periodizações históricas e ao atravessar as diferentes camadas sociais, desviando assim dos seus interesses originais.

A dialética entre a estrutura e agência por meio do conceito da refração nos fornece *insights* para o rompimento da ideia de determinismo histórico e sugere que somos seres dotados de uma certa agência que nos permite agir em nossas práticas tanto para manutenção, reconstrução e/ou subversão das estruturas sociais estabelecidas ao longo da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARONI, A. K. C. **Educação financeira no contexto da educação matemática:** possibilidades para a formação inicial do professor. 2021. 127 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2021.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.685, DE 25 DE JANEIRO DE 2006**. Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização - COREMEC. Brasília, 2006.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.397, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Ministério da Educação. Brasília, 2018.

BRASIL. **DECRETO Nº 10.393, DE 9 DE JUNHO DE 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Brasília, 2020.

BRITTO, R. R. de. **Educação financeira:** uma pesquisa documental crítica. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Instituto de Ciências Exatas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portal de Periódicos**. Manual de acesso. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/images/documents/Portal_Peri%C3%B3dicos_CAPES_Guia_2019_4_oficial.pdf >. Acesso em: 8 dez. 2021.

CONEF - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Plano Diretor que Consolida a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF**: Orientação para Educação Financeira nas Escolas. D.O.U., 2011. Disponível em: < https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf >. Acesso em: 4 out 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAVIES, P. Towards a framework for financial literacy in the context of democracy. **Journal Curriculum Studies**, v. 47, n. 2, p. 300-316, 2015.

FERNANDES, D; LYNCH, J. G.; NETEMEYER, R. G. Financial Literacy, Financial Education and Downstream Financial Behaviors. **Forthcoming in Management Science**, p. 1-102, agosto, 2014. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/259763070 >. Acesso em: 6 out. 2021.

FERNANDES, L. F. B. **A educação financeira no brasil:** gênese, instituições e produção de doxa. 2019. 112 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

GOODSON, I. F. **Currículo, narrativa pessoal e futuro social**. 1 ed., Campinas: Unicamp, 2019.

GOODSON, I. F. **Aprendizagem, currículo e política de vida**: obras selecionadas de Ivor F. Goodson. 1 ed., Petrópolis: Vozes, 2020.

LEITE, E. S. **Reconversão de *habitus*:** o advento do ideário de investimento no brasil. 2011. 96 f. Tese (doutorado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

LUSARDI, A. Financial Literacy Skills for the 21st Century: Evidence from PISA. **Journal of Consumer Affairs**, v. 49, n. 3, p. 639-659, 2015.

MAMAN, D; ROSENHEK, Z. Responsibility, planning and risk management: moralizing everyday finance through financial education. **The British Journal of Sociology**, v. 70, n. 5, p. 1996-2019, 2019.

OCDE; CVM (Comissão de Valores Imobiliários). **Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe**. Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira. Tradução feita por um acordo entre a CVM e a OCDE. 2005. Disponível em: < https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf >. Acesso em: 12 nov. 2021.

PETRUCCI-ROSA, M. I. et al. NARRATIVAS E MÔNADAS: potencialidades para uma outra compreensão de currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.1, p.198-217, Jan/Jun de 2011. Disponível em: < https://www.geprana.com/artigos-em-periodicos >. Acesso em: 23 fev. 2022.

RUDD, T.; GOODSON, I. F. Refraction as a Tool for Understanding Action and Educational Orthodoxy and Transgression. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 9, n. 18, São Cristóvão, 2016, p. 99-110.

WILLIS, L. E. The Financial Education Fallacy. **American Economic Review: Papers and Proceedings**, v. 101, n. 3, p. 429–434, 2011.